
DA PARTICULARIDADE À GLOBALIDADE DOS DISCURSOS DE UMA NOVA ERA: A Essência da “Coisa” ou a “Coisa” da Essência

Paulo Marinho^()
Elisa Carvalho^(**)*

INTRODUÇÃO

Numa época em que as mudanças sociais adquirem centralidade no discurso global, a era moderna e sua mutação ou extinção é discutida quer por teóricos especialistas quer pelos práticos que reflectem ou não a sua actuação de acordo com estes modelos teóricos construídos. Dada a centralidade deste debate, procuramos neste artigo confrontar as perspectivas teóricas apresentadas com os discursos que são veiculados sem intenção científica. Por outras palavras, o que estabelecemos como ponto forte deste trabalho é uma análise reflexiva acerca desta passagem da modernidade para uma nova era – “Pós-modernidade”, “Modernidade radicalizada”, “Crise da Modernidade” ou outra coisa qualquer – e sua ligação ou não com os mecanismos da modernidade.

Com o intuito de concretizar este objetivo, abordamos numa primeira fase o conceito de modernidade, associada à crença no progresso científico universal para a emancipação humana, e o aparecimento de uma nova era para a qual ainda não há consenso quanto à definição e relação com a modernidade.

Em seguida, confrontamos estas perspectivas teóricas com os discursos veiculados nos meios de comunicação (jornais e revistas noticiosas), na tentativa de analisar criticamente esta transição.

MODERNIDADE OU PÓS-MODERNIDADE: ONDE ESTAMOS? PARA ONDE VAMOS?

Modernidade

O debate acerca da pós-modernidade exige, em primeiro lugar, desconstruir o próprio conceito de modernidade. Num sentido lato, a modernidade é apresentada por Giddens (1996) como

^(*) Doutor em Ciências da Educação, membro colaborador da equipa de investigação do Centro de Investigação e Intervenção Educativa (CIIE) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Rua Alfredo Allen, 4200-135, Porto, Portugal – pmtmarinho@fpce.up.pt.

^(**) Mestre em Ciências da Educação, Coordenadora do Gabinete de Apoio ao aluno e à família no Agrupamento de Escolas de Pedome, Portugal – elisacarvalho2@gmail.com.

uma forma de organização da vida social que surgiu no início do século XVII na Europa e que se foi universalizando. Num sentido mais restrito, constituiu-se através de uma crença na ciência, a qual permitiria tornar o mundo muito mais seguro e controlado. A ciência positivista proporcionaria este controlo através da exploração racional da natureza em benefício do aumento de bens de consumo, os quais criariam as oportunidades de emancipação humana – liberdade e igualdade. A confiança depositada na razão instrumental justifica-se, portanto, pela promessa de progresso que a ciência veicula, traduzindo-se este na criação crescente de tecnologias cada vez mais avançadas.

Esta nova configuração social rompe com a forma de organização das culturas tradicionais, falando-se, desta forma, de um forte dinamismo da modernidade. Esta componente dinâmica resulta da separação do tempo e do espaço, da descontextualização dos sistemas sociais e do ordenamento e reordenamento reflexivos das relações sociais (GIDDENS, 1996).

A época moderna acompanhou a implementação de uma organização social do tempo uniformizada ao nível mundial, através do mesmo sistema de datação. O “esvaziamento do tempo” é a primeira condição para o “esvaziamento do espaço”, surgindo este último como algo que vai mais além do “lugar”. Lugar designa uma pequena porção da actuação social levada a cabo num local geográfico específico. Embora os vários lugares possam estabelecer interligações entre si, o “espaço” deixa de ser mencionado por referência a um lugar em concreto – representação cartográfica do globo. O tempo e o espaço deixam, então, de estar circunscritos ao aqui e agora, não descartando, no entanto, a hipótese destes se conciliarem em alguns aspectos da organização social.

A separação entre o tempo e o espaço possibilita não só uma organização social racionalizada, permitindo conjugar o local e o global, como também o processo de “descontextualização”. Esta descontextualização associada à modernidade consiste em ignorar as condições físicas particulares em que as relações sociais ocorrem, isto é, o fenómeno social é abordado sem que o seu enquadramento espaço-temporal seja mobilizado. Para Giddens (Ibidem), são dois os mecanismos da descontextualização: “garantias simbólicas” e “sistemas periciais”.

Uma das “garantias simbólicas” modernas mais significativa é a moeda, no sentido em que possibilita a aquisição de qualquer produto, por qualquer pessoa, em qualquer lugar e em qualquer altura. A moeda simboliza, assim, um determinado valor financeiro, o qual não varia conforme o tempo e o espaço.

Os “sistemas periciais” consistem em sistemas nos quais o indivíduo deposita a sua confiança devido à especialização na área que a cada um compete. Esta confiança pressupõe a mobilização da experiência de que estes sistemas funcionam tal como é previsto.

Tanto as “garantias simbólicas” como os “sistemas periciais” requerem “confiança” do sujeito que delas se serve. Consta-se, desta forma, que a “confiança” assume um papel importante na modernidade, pois sente-se a necessidade de confiar num sistema cuja actividade nos é invisível. A “confiança” está também relacionada com o aparecimento da noção de “risco” nesta época moderna, funcionando a “confiança” como redutora dos perigos que uma determinada actividade acarreta.

O último aspecto que Giddens (1996) menciona para a caracterização do dinamismo da modernidade é o ordenamento e reordenamento reflexivos das relações sociais.

Segundo este autor, “a reflexividade da vida social moderna consiste no facto das práticas serem constantemente examinadas e reformadas à luz da informação adquirida sobre essas mesmas práticas, alterando assim constitutivamente o seu carácter” (Ibidem, p. 27). Por outras palavras, os actores são capazes de mobilizar conhecimento de forma a transformar as suas acções, instituições e a sua vida em geral. Tal como a ciência veicula, este conhecimento não é certo e inalterável. Quer seja elaborado por especialistas quer pelos leigos, a sua possibilidade de revisão está sempre presente. No entanto, a tarefa de uns e de outros é distinta. Aos indivíduos comuns compete compreender o seu comportamento e invocar as suas razões; aos especialistas, expressá-lo formalmente, ou seja, transformar o conhecimento reflexivo numa linguagem reconhecida cientificamente.

Estas bases dinâmicas criaram condições para que a modernidade se distinguisse da era tradicional também no que concerne às suas dimensões institucionais.

A natureza das instituições modernas não é, também, um aspecto consensual. De uma forma geral, a modernidade é identificada apenas com uma dimensão institucional – capitalismo ou industrialização. Giddens (Ibidem) vai mais além destas perspectivas exclusivistas e identifica quatro dimensões institucionais da modernidade – “capitalismo”, “industrialismo”, “poder militar” e “vigilância” –, separadas aqui por mera questão de análise.

O “industrialismo” consiste no recurso a fontes de energia material inanimadas capazes de sustentar o funcionamento das máquinas. Articula, desta forma, a realização de algumas tarefas pelas máquinas, a mão de obra do homem e a transformação da matéria-prima na mercadoria final. Por conseguinte, este processo industrial toma forma através da relação ciência – choque tecnológico, a qual transforma o mundo natural num mundo físico susceptível de ser manipulado pelo ser humano.

O “capitalismo” diz respeito ao sistema de produção de mercadorias através da relação entre a propriedade privada do capital e o trabalho assalariado. Embora estas duas componentes se articulem para a concretização de um objectivo – a minimização do investimento e/para a maximização dos lucros –, a distinção entre as mesmas não deixa de se afirmar. É esta dialéctica que cria o sistema de classes.

A empresa capitalista produz para mercados concorrenciais, exigindo esta competitividade uma necessidade de inovação e desenvolvimento constante, para os quais a tecnologia desempenha um papel fulcral.

As sociedades capitalistas abarcam, segundo este mesmo autor, as sociedades modernas em geral e se constituem pela existência dos Estados-Nação, através da coordenação administrativa do seu território.

Esta organização administrativa depende da sua capacidade de “vigilância”, ou seja, do controlo directo ou indirecto da actuação política da sua população – terceira dimensão institucional da modernidade.

Finalmente, o “controlo dos meios de violência” está associado ao poder exclusivo do Estado na organização territorial do poder militar. A industrialização está intimamente relacionada com esta dimensão, proporcionando uma “industrialização da guerra” ou até uma era de guerra nuclear.

Como já foi referido, embora a modernidade se tivesse iniciado na Europa, a sua expansão atingiu níveis tais que se passa a falar da globalização da/modernidade. A globalização constituiu-se como um fenómeno bastante discutido, não no que esta designação comporta, mas nos factores subjacentes ao seu aparecimento.

Giddens (1996) define globalização como dizendo respeito às relações sociais que as diversas regiões do planeta estabelecem entre si, como também nas suas influências recíprocas. Quer isto dizer que um fenómeno que ocorre numa zona geográfica específica pode influenciar a organização social de outra zona geograficamente distante. O local e o global passam a estabelecer uma relação directa, embora algumas vezes dialéctica. Um exemplo deste carácter contraditório da globalização é o facto dela fazer emergir, simultaneamente, formas de afirmação identitárias de culturas e contextos locais, e, por isso, específicos. É neste sentido que também Berman (1982, p. 17) refere que, à medida que a modernidade se expande, o seu público “multiplica-se numa multidão de fragmentos, que falam linguagens incomensuravelmente confidenciais”. A modernidade perde, assim, a sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas.

No que concerne ao aparecimento da designação de globalização, Giddens (1996, p. 44) menciona a articulação entre modernidade e globalização, afirmando mesmo que “a modernidade é inerentemente globalizante”. Considera, por conseguinte, quatro dimensões da globalização. A economia capitalista mundial é uma destas dimensões, na medida em que determina quais os centros de poder na economia mundial. Os Estados capitalistas e, por isso, centrais no sistema económico mundial, podem promover envolvimento económicos noutras zonas distantes, embora estejam sediados num território específico.

A separação que o capitalismo cria em relação ao poder político fica restrita à economia. O seu poder ainda não pode competir com o do Estado moderno no que respeita à definição territorial e ao controlo dos meios de violência. É o sistema dos Estados-Nação – segunda dimensão da globalização – que ordena a política global. Esta função está intimamente articulada com a reflexividade dos Estados modernos – articulação entre autonomia do próprio Estado, seus direitos territoriais e sua promoção e envolvimento estratégicos junto de outros Estados.

Outra dimensão da globalização diz respeito à ordem militar mundial. Contrariamente ao que acontecia nas civilizações pré-modernas, na modernidade qualquer Estado, independentemente do seu poder económico, é rico em armamento. A universalização do poder militar evidencia-se na própria organização da guerra. Embora a sua origem remeta a tensões locais, a guerra toma uma proporção mundial devido ao estabelecimento de alianças militares entre vários Estados.

Como última dimensão da globalização, é referido o desenvolvimento industrial, que tem como principal consequência a divisão do trabalho global. A especialização regional refere-se não só à sua maior ou menor industrialização, como também ao nível da produção de matérias-primas e de tipo de indústria. O avanço da tecnologia moderna é o principal motor da industrialização, destacando nesta dinâmica global o desenvolvimento das tecnologias da informação – sistemas de comunicação de massa. No entanto, industrialização não traz consigo apenas vantagens, como também consequências nocivas para a humanidade, nomeadamente ao nível ecológico.

Tendo em conta o discurso até aqui exposto, observamos que a globalização é encarada como um processo singular e não plural. No entanto, Nascimento (1998, p. 87) desafia esta designação de globalização, a qual coloca alguns problemas. Mesmo quando entendida como “concretização do mundo inteiro como um único lugar”, o facto de existir uma variedade de percepções acerca do mundo implica falar de globalizações. Segundo este autor, a globalização é uma coisa para o americano, outra para o europeu e ainda outra para o africano.

Globalização ou globalizações, este fenómeno, relacionado com a separação espaço-tempo, com a descontextualização e com as instituições modernas, está entrincheirado com a manutenção da confiança nesta época.

Tendo em conta estas condições da modernidade, verifica-se um certo equilíbrio entre confiança e risco, segurança e perigo. Se, por um lado, a modernidade implica confiança em sistemas abstractos (garantias simbólicas e sistemas periciais) descontextualizados, por outro, implica enfrentar riscos cuja natureza difere daqueles que as sociedades tradicionais corriam. A consciência do risco em termos dos perigos potenciais é uma mais valia, visto não ignorar a possibilidade de algo correr mal.

A modernidade cria um novo perfil de risco – o risco criado pelo homem. Os riscos que na modernidade se correm não advêm essencialmente da natureza, mas do conhecimento socialmente organizado, mediado pela actuação do industrialismo sobre a natureza.

Sumariando, e tendo por base as palavras de Berman (1982), a modernidade é um turbilhão que subsiste através da industrialização da produção, da explosão demográfica, do crescimento urbano, dos sistemas de comunicação de massa, dos Estados nacionais cada vez mais poderosos e dos movimentos sociais de massas de nações que visam o autocontrolo da sua vida. Este turbilhão, referido pelo autor, tem a ver com a variedade de tradições que a modernidade criou no seu seio, as quais, por sua vez, contribuíram para o seu enriquecimento ou obscuridade actual.

No pensamento deste autor, a modernidade “é uma voz que conhece a dor e o terror, mas acredita na sua capacidade de ser bem sucedida. Graves perigos estão em toda a parte e podem eclodir a qualquer momento, mas nem o ferimento mais profundo pode deter o fluxo e refluxo da sua energia. Irónica e contraditória, polifónica e dialéctica, essa voz denuncia a vida moderna em nome dos valores que a própria modernidade criou, na esperança – muitas vezes desesperançada – de que as modernidades do amanhã e do depois do amanhã possam curar os ferimentos que afligem o homem e a mulher modernos de hoje” (Ibidem, p. 23).

Estes ferimentos que surgiram no âmbito da modernidade e que foram pondo em causa os seus valores, suscitaram na comunidade científica o estudo de uma eventual nova era. No entanto, os seus autores manifestam algumas discordâncias no que concerne às ligações que esta ainda possa estabelecer com a modernidade.

Nova “coisa”?

O desenvolvimento já não é a série de etapas através das quais uma sociedade sai do desenvolvimento e a modernidade já não sucede à tradição; tudo se mistura; o espaço e o tempo são comprimidos. Em vastas partes do mundo; os controlos sociais e

culturais estabelecidos pelos estados, pelas igrejas, pelas famílias ou pelas escolas, enfraquecem, e a fronteira entre o normal e patológico, o permitido e o proibido, perde a nitidez (TOURAINÉ, 1998, p. 13).

Num momento em que a desordem parece dismantelar a ordem e mostra a sua face revelando-se como impulsionador de possíveis novas ordens, sentimo-nos traídos pela ordem que achávamos que tínhamos construído. De um momento para o outro, vemo-nos sem o nome da “coisa” e isto desorienta-nos – ficamos perdidos dentro da “coisa” que acabamos de criar e não a conseguimos identificar. Talvez a “coisa” seja a mesma, talvez seja outra “coisa”. Os termos que desde os finais do século XX são apresentados para definir esta nova era é de uma variedade alucinante. Entre as várias possibilidades, o conceito de pós-modernidade emerge como resposta à incógnita que nos atordoa. Para uns, a certeza do encontro do código linguístico perfeito para designar e interpretar a era em que hoje vivemos, assente num desenvolvimento desenfreado das tecnologias de informação, numa globalização da própria informação e numa comunicação da mundialização da economia; para outros, a incerteza e até o total desacordo do nome escolhido para o batismo. Existem também aqueles que, embora não designando uma nova fase, consideram que “encontramo-nos hoje numa era moderna que perdeu contacto com as raízes da própria modernidade” (BERMAN, 1982, p. 17).

Jean-François Lyotard (apud GIDDENS, 1996, p. 2) torna-se, por sua vez, o responsável pela designação deste conceito de pós-modernidade, ao qual remete a responsabilidade do fim da “grande narrativa” – a “linha condutora” determinante através da qual somos colocados na história como seres dotados de um passado definido e de um futuro previsível”. Segundo este autor, o fim da História chegou, e, com ele, o fim do socialismo clássico, a redenção cristã, o progresso iluminista, o espírito hegeliano, a unidade romântica, o racismo nazista e o equilíbrio económico. Este fim remete-nos para um começo de algo novo e diferente. Giddens (1996, p. 2) vem dizer que “longe de entrarmos numa época de pós-modernidade, estamos, antes a iniciar uma época em que as consequências da modernidade se mostram mais radicalizadas e universalizadas do que antes”. Ou seja, todo este contexto histórico que vivemos é um resultado de todo o processo da modernidade. É neste sentido que o autor insere um “se” a toda esta questão: modernidade ou pós-modernidade? No entanto, distingue, ainda, pós-modernidade de pós-modernismo. Este último tem mais a ver com estilos ou movimentos protagonizados na literatura, na pintura, nas artes plásticas e na arquitectura e diz respeito a “aspectos de reflexão estática sobre a natureza da modernidade”. Mesmo assim, duvida se esta designação poderá significar alguma coisa. A pós-modernidade é algo muito diferente de tudo isto. “Se estamos a avançar para uma fase de pós-modernidade, isso significa que a trajectória do desenvolvimento social está a levar-nos para longe das instituições da modernidade, em direcção a um tipo novo e distinto de ordem social. O pós-modernismo, se existir de forma

irrefutável, poderá expressar uma consciência de uma tal transição, mas não mostra que ela existe” (Ibidem, p. 2).

Noutro prisma, Gellner (1992) apresenta o pós-modernismo como um movimento que ninguém sabe verdadeiramente o que é, mas que de facto está a influenciar várias áreas do saber na forma como estas olham o mundo que as rodeiam. O significado é adoptado como objectivo a descodificar por estas áreas. Vive-se “a ideia de que os significados existem para ser descodificados ou ‘desconstruídos’, e de que a ideia da realidade objectiva é suspeita” (Ibidem, p. 32). No universo intelectual o mundo transforma-se não numa totalidade das coisas, mas dos significados – “Tudo é significado e o significado é tudo, sendo a hermenêutica o seu profeta. Tudo o que existe, existe em função do significado que lhe é conferido” (Ibidem, p. 32). Este mesmo autor caracteriza o pós-modernismo como um género de “histeria da subjectividade” e aquele em as “normas linguísticas” são banidas para dar lugar às originalidades de cada um.

De outra forma, Alain Touraine (1998, p. 14) considera o conceito pós-modernismo muito redutor para apelidar este momento onde a cultura já não é o comando da organização social e esta já não comanda a actividade técnica e económica – “Cultura e economia, mundo instrumental e mundo simbólico estão a separar-se”, alvitando outro conceito para definir e caracterizar melhor este turbilhão que o mundo parece ter entrado e dele não quer sair – a desmodernização. Segundo ele, a sociedade cai enquanto modelo de ordem, o que leva a uma “crise social” onde a globalização é a base de suporte. Deixamos de ser aquilo que fazemos para nos tornarmos “estranhos às condutas que nos fazem ter os aparelhos económicos, políticos ou culturais que organizam a nossa experiência” (Ibidem, p. 35). Desmodernização designa, então, esta “ruptura dos elos que unem a liberdade pessoal e a eficácia colectiva”, a existência de uma “dissociação da economia e das culturas e pela degradação de uma e outra como consequência directa” (Ibidem, p. 43). Figuram-se, desta forma, dois aspectos complementares – “desinstitucionalização” (enfraquecimento ou até desaparecimento das “normas codificadas e protegidas por mecanismos legais” dando como exemplo a família e a escola onde o cenário de decomposição é bem patente e constante) e “dessocialização” (desaparecimento das normas e valores sociais que estruturavam a vida quotidiana), trazendo a vida privada para o debate político através dos novos movimentos sociais.

Beck (1992, p. 27) fala da “sociedade de risco” para designar esta era da desordem em que é “comandada pela incerteza e, sobretudo, por riscos de fraca probabilidade mas com efeitos possíveis consideráveis, como uma explosão nuclear, a transformação notória das condições atmosféricas ou a difusão de epidemias sem remédio médico conhecido”.

Ainda, conceitos como “sociedade da informação”, “Sociedade pós-industrial”, “pós-capitalismo”, “pós-fordismo” vão alvorando para classificar esta nova era onde a flexibilidade, a desregulação, a descentralização, contextualização, o declínio, a fragmentação e a individualização são características que se aglomeram.

DISCURSOS: REVELAÇÃO DA NOVA “COISA”?

Os discursos continuam aí na hora do dia e remetem-nos para a sua análise à luz destas questões acerca de uma possível transição da modernidade para a pós-modernidade. Sentindo nós a euforia de concepções que designam esta nova era, investigamos alguns artigos e notícias que são publicados na imprensa para tentar perceber se o que se escreve e o que se diz se contextualiza com o discurso da modernidade, pós-modernidade ou outra “coisa” qualquer, a qual ninguém sabe ainda descodificar.

Modernidade e pós-modernidade parecem envolver-se numa relação que nem sempre assume o mesmo sentido. Se, por vezes, se urdem numa teia complexa que à primeira vista é difícil decifrar, conseguem, noutros momentos, distanciarem-se, desfiando-se da teia e mostrando diferenças extremas. Esta complexidade é evidenciada na confusão de termos que são utilizados para designar uma nova era ou para designar a mesma era de maneira diferente.

Os artigos e notícias analisados poderão espelhar esta complexidade, motivo pelo qual foram escolhidos como documento de análise.

Como referido anteriormente, a modernidade baseia-se na crença no progresso através da ciência. Este progresso iria traduzir-se na emancipação do homem – sua liberdade e igualdade. No entanto, verificamos que esta promessa não foi cumprida à escala pretendida e o seu avesso agravou-se ainda mais. Se, por um lado, os ricos tornaram-se mais ricos, por outro, os pobres tornaram-se mais pobres:

De acordo com um estudo divulgado pelas Nações Unidas, dois por cento da Humanidade é detentora de praticamente metade da riqueza mundial ao passo que metade da população mundial não detém mais do que um por cento desse património. Este é um gigantesco fosso existente no mundo entre os mais ricos e os mais pobres. Um património financeiro pessoal de 2.200 dólares ou mais permite a um indivíduo fazer parte dos 50 por cento de mais ricos do mundo; 61 mil dólares chegam para fazer parte dos 10 por cento mais abastados e meio milhão de dólares faz alguém aceder ao clube do um por cento superprivilegiado do planeta. (AFP, *Jornal A Página*, n. 163, jan. 2007, p. 28).

No entanto, as desigualdades não ficaram circunscritas aos bens materiais e financeiros, mas extrapolaram para outras dimensões como o género, a geração, o urbano vs. rural:

Vivemos num mundo em que o empobrecimento cresce em todas as sociedades, mesmo as mais ricas; um mundo onde triunfam as desigualdades entre os homens e as mulheres, entre os países do Norte e do Sul, entre os jovens e os mais idosos, entre as cidades e o campo, um mundo que consome o laço entre os humanos e a natureza. (*Jornal de Notícias*, 6 jun. 2005).

Como o artigo deixa antever, sempre existiram desigualdades, não estando estas, portanto, associadas à modernidade. Então, porque se faz tanta questão de “culpabilizar” a modernidade por esta situação? A sua promessa ilusória, ela própria “desesperançada”, de banir do mundo moderno estas desigualdades pode estar na origem desta atribuição, ou seja, o facto desta promessa não se ter cumprido poderá ter dado maior visibilidade a um agravamento da situação em causa.

Por outro lado, a própria modernidade, através do avanço da tecnologia, nos meios de comunicação principalmente, proporcionaram um maior conhecimento das ocorrências dos outros locais do planeta. Isto é, se anteriormente o local se fechava no seu conhecimento sobre o mesmo, com a modernidade este conhecimento foi-se alargando ao global – o aparecimento dos meios de comunicação pôs em contacto as várias zonas do mundo, desmascarando as realidades aí vivenciadas.

As questões paradoxais da modernidade parecem, então, vir ao de cima. Ao mesmo tempo que tenta extinguir as desigualdades sociais, proporciona um conhecimento acerca destas situações à escala global, dando imagem do seu agravamento.

Como expressa Giddens (1996), o paradoxo moderno tem, ainda, a ver com o aparecimento de movimentos sociais que visam a afirmação da identidade singular de cada um destes grupos contextuais. Tendo em conta a vida global em que se inserem, sentem cada vez mais a necessidade de afirmarem a sua individualidade, articulando, então, o local e o global:

Mas vivemos também num mundo em que por todo o lado surgem iniciativas, projectos, movimentos de cidadãos e cidadãs determinados a alterar a face do planeta, conciliando abertura ao mundo e satisfação local das necessidades. (*Jornal de Notícias*, 6 jun. 2005).

Touraine (1998) substitui a designação de paradoxo da modernidade pela designação de “desmodernização”, uma vez tratar-se de uma ruptura entre a “liberdade pessoal e a eficácia colectiva” unidas pela modernidade.

É neste contexto que vão aparecendo outros movimentos sociais. Estes trazem para a rua não só novas questões, como também novas formas de ser e de estar:

O documento apela ainda para “o fim da ocupação israelita” e denuncia “os massacres na Chechénia” e os conflitos no continente africano. O texto convoca uma jornada de mobilização em todos os países europeus para 19 de Março, com uma grande manifestação em Bruxelas “contra a guerra, o racismo e contra a Europa neoliberal, por uma Europa dos direitos e de solidariedade entre os povos”. (*Jornal de Notícias*, 18 out. 2004).

As tensões políticas vividas, os confrontos militares e as desigualdades sociais e culturais constituem, agora, não só um motivo de preocupação dos actores sociais como também um motor de novas manifestações.

Nesta onda, navegam, ainda, actores que põem a descoberto questões do seu foro privado. A vida privada passa, assim, a actuar no palco público:

Milhares de homossexuais e simpatizantes desfilarão na sexta-feira em Jerusalém sob forte esquema de segurança, levando adiante uma parada *gay* que provocou diversos protestos religiosos e ilustrou, de maneira bem clara, as divisões na sociedade israelita. (*Jornal Sol*, 10 nov. 2006).

A decisão da juíza Conceição Miranda foi recebida com aplausos pelos manifestantes que se encontravam à porta do Tribunal de Setúbal, separados em grupos consoante a sua tendência política e que, de imediato, começaram a gritar slogans a favor da alteração da lei do aborto. “O crime está na lei” e “Um, dois, três, referendo de uma vez”, foram algumas das frases ouvidas. (*Jornal de Notícias*, 12 jul. 2005).

Apesar destas novas afirmações suscitarem reacções diversificadas por parte da restante sociedade, as instituições da ordem moderna vão-se “desinstitucionalizando”:

A nova legislação que autoriza o casamento entre pessoas do mesmo sexo e que permite aos casais homossexuais adoptarem crianças entrou em vigor a 4 de Julho, depois de aprovada pelo Parlamento.

[...] Pouco antes, Emílio Menendez e Carlos Baturin German mostraram sorridentes as alianças aos media. “Obrigado a todos”, disse Emílio Menendez à saída da Câmara, enquanto Carlos Baturin exibia com satisfação a certidão de casamento, dizendo “Hoje somos um pouco mais uma família”. (*Jornal de Notícias*, 13 jun. 2005).

As concepções de família proclamadas pela modernidade parecem estar desordenadas. Novos conceitos de família, como famílias homossexuais, famílias alargadas, famílias formadas em união de facto, entre outras, se vão afirmando e reivindicando um lugar institucional.

Na mesma linha de pensamento, também a escola vai tentando redefinir-se. As transformações ocorridas exigem da escola novas respostas. Perante esta situação, a escola vive uma confusão de perspectivas, dentro da qual é difícil encontrar um caminho adequado a traçar:

Será que as nossas escolas se estão a transformar em “Torres de Babel”, em que ninguém se entende? A pergunta justifica-se quando se sabe que no ano lectivo de 2003/04, últimas estatísticas conhecidas, se matricularam do ensino pré-escolar ao secundário 81.470 filhos de emigrantes. [...] os filhos destes recém-chegados entram nas nossas escolas e transformam-nas em exemplos da diversidades que encontramos no dia a dia. (*Notícias Magazine*, n. 733, p. 64 e 66).

Questões como a desigualdade, multi/interculturalidade, relação comunitária, centralidade dos alunos, vão adquirindo relevo e reivindicando um espaço dentro de um “novo conceito de escola”.

A estes fenómenos paradoxais da modernidade, Berman (1982) designa como uma ruptura da modernidade com as suas próprias raízes. São os próprios actores modernos, revoltando-se contra este tumulto da modernidade, que a fazem caminhar em direcção a novos rumos. No entanto, esta ambivalência é também reivindicada pelos pós-modernos. Segundo estes autores, está latente a emergência de uma nova era que rompe com a modernidade. Os novos movimentos sociais que se dedicam, agora, a minorias, aumento das desigualdades, desinstitucionalização e, ainda, quer o perfil de risco que se corre actualmente são disso um bom exemplo.

Este perfil de risco é criado pelo homem que, através da ciência, pretende agir sobre a natureza. Embora estes riscos sejam de baixa probabilidade, aquando da sua ocorrência os efeitos são nocivos a larga escala:

Há vinte anos, no dia 26 de Abril, eclodia o maior acidente nuclear de sempre.

[...] Naquele dia 26 de abril, estávamos todos a dormir. De manhã, o alvoroço corria por toda a cidade. Cheguei à varanda e consegui ver as chamas, o fumo, os helicópteros. Ninguém nos avisou, as crianças continuavam a brincar nas ruas. (*Notícias Sábado*, n. 15, p. 45 e 49).

O bombardeamento desta e de novas ameaças leva à vivência de um medo constante na conjugação do presente e do futuro. Perante elas, o homem apenas consegue imaginar cenários possíveis, não tendo na sua mão instrumentos que lhe possam dar resposta:

A subida dos termómetros fará subir também o nível dos mares entre 18 e 59 centímetros e estará na origem de múltiplos fenómenos extremos, como vagas de calor, episódios de seca e precipitações intensas cada vez mais frequentes que poderão

provocar a deslocação de cerca de 200 milhões de refugiados climáticos daqui até ao fim do século. (*Jornal Sol*, 2 fev. 2007)

O painel climático da Organização das Nações Unidas (ONU) advertiu sobre o impacto da actividade humana no aquecimento do planeta, fazendo pressão sobre os governos para que façam mais no combate ao perigoso fenómeno. (*Jornal Sol*, fev. 2007).

O aumento do terrorismo é outro exemplo de possíveis tragédias para o qual o mundo não está preparado:

A “guerra contra o terror” lançada pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido contra os países que integram o chamado “eixo do mal” aumenta o risco de ataques terroristas como aqueles que tiveram lugar contra Nova Iorque, Madrid e Londres, advertiu recentemente o centro de pesquisa britânico Oxford Research Group. (AFP; *Jornal A Página*, n. 158, jul. 2006, p. 43).

O poder militar moderno que, segundo Giddens (1996), controlava os meios da violência parece, agora, não conseguir evitar uma era comandada pela incerteza. A guerra do medo estabelece-se no quotidiano do ser humano, o seguro torna-se inseguro e o poder político e militar não consegue descodificar os códigos de uma guerra terrorista. O advento da modernidade – controlar e prever o mundo – cai em descrença.

Beck (1992) fala, desta forma, numa actual “sociedade de risco”, a qual não tem só a ver com ameaças terroristas mas também com o aparecimento de novas epidemias:

Sessenta e dois milhões seria o número estimado de mortes caso ocorresse hoje uma pandemia de gripe idêntica à que matou 40 milhões de pessoas em 1918, revela um estudo da revista britânica “The Lancet”. (*Portugal Diário*, 22 dez. 2006).

Desde que, nos anos 80, foram diagnosticados os primeiros casos de SIDA, a doença já causou a morte a mais de 21 milhões de pessoas. Em 2003, as Nações Unidas calculavam que entre 34,6 a 42,3 milhões de pessoas fossem portadoras do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV). [...] Neste dossier, A Página traça o retrato da epidemia a nível mundial e mostra como o acesso ao tratamento é ainda muito desigual entre países ricos e pobres. (*Jornal A Página*, n. 151, dez. 2005, p. 35).

O mundo tecnológico e a ciência vivem numa esquizofrenia contagiante, em que o medo do não acontecido se torna uma constante. Se anteriormente estes desastres não eram previstos, estes vivem, agora, na plataforma da futurologia, sem resposta para o seu anulamento.

Será isto algo de novo? Será uma modernidade tardia, radicalizada?

A visão de Giddens (1996) opõe-se à visão de Beck (1992) e de Berman (1992) que consideram que vivemos uma nova fase da história – a modernidade fica para trás. O que este autor vem afirmar é que esta desordem e risco permanente são consequências da modernidade. O avanço da tecnologia constituiu-se como um dos seus mecanismos, o qual, através da acção humana sobre o mundo natural, se estendeu a quase todo o globo nos diferentes sectores – primário, secundário e terciário. Actualmente, a massificação da tecnologia muda a face do mundo, adquirindo para o ser humano um papel fundamental na gestão do quotidiano:

Abençoados televisores plasma, benditos leitores de DVD e respectivos discos, e um grande bem-haja para as pipocas que se fazem no micro-ondas. Uma vista de olhos pelas novas tecnologias de entretenimento que não podem mesmo dispensar. (*Notícias magazine*, n. 755, p. 91)

No entanto, assistimos hoje a um desenvolvimento desgovernado das tecnologias da informação mais do que qualquer outro sector. Todos testemunhamos a facilidade de comunicar com alguém que se encontra no outro extremo do globo. Esta comunicação pode ser directa – em tempo real, através da internet por exemplo:

Na última década, a tecnologia mudou o mundo. E o meu mundo. Primeiro, o computador, ao qual aderiu tardiamente (ah, o romantismo da Remington). Depois, o telemóvel, que se tornou um terceiro braço [...] E, finalmente, a net, que me pôs ligado 24 horas sobre 24, sempre em torno de um PC, de um cibercafé, de um terminal. (*Grande Reportagem*, n. 204, p. 12).

Pode também ser indirecta, através de notícias que nos põem a par das ocorrências destas zonas distantes. Como se pode constatar, quer uma quer outra nos é proporcionada por pequenas máquinas, resultado da mais sofisticada tecnologia.

Este crescimento frenético das tecnologias da informação e sua globalização faz surgir, segundo alguns autores, uma “sociedade da informação” ou “sociedade do conhecimento”, a qual associam a uma nova era: “É o Teu Cérebro que Nós Queremos: A Bala de Prata da Sociedade do Conhecimento”. (Susan Robertson, *Jornal A Página*, n. 129, Dezembro de 2003, p. 7).

No entanto, a capacidade de construir conhecimento está patente, segundo Giddens (1996), já nos actores sociais modernos – reflexividade social —, não correspondendo portanto esta realidade a algo de novo, mas a uma acentuação crescente da modernidade.

Este reforço moderno pode estar também patente no elogio do progresso, associado a uma integração na economia industrial e capitalista global. O progresso prometido pela modernidade continua a constituir, ao nível de parcerias mundiais, uma preocupação:

O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação português destacou hoje que houve “algum progresso” do lado africano para a realização da II Cimeira UE/África, que Portugal pretende realizar no segundo semestre deste ano [...] Em declarações à Agência Lusa depois de ter participado na Cimeira da União Africana (UA), que termina hoje em Addis Abeba, Etiópia, João Gomes Cravinho afirmou que o progresso registado tem a ver com “o trabalho intenso na preparação da estratégia conjunta” de cooperação entre a UE e África. (*Jornal Sol*, 30 jan. 2007).

Tendo como base este excerto, a perspectiva de Giddens (*Ibidem*) parece estar certa. O progresso, pilar da modernidade, continua a fazer parte dos discursos políticos. No entanto, os autores que dele discordam apresentam como argumento do aparecimento de uma nova época a descrença no progresso. Não será isto contraditório? Tendo em conta que os excertos se referem ao caso português, parece legítimo questionar se a pós-modernidade, ou outra coisa qualquer, não está a ser vivida apenas por alguns territórios do globo?

A importância que a globalização adquiriu na esfera humana e material faz despoletar uma preocupação com o progresso de forma diferente. O progresso deve agora ser construído numa plataforma global e não ao nível individual. Se a ciência positivista moderna associava o progresso à emancipação humana, será que esta emancipação deixou de se constituir como objectivo? Não orientará sempre o ser humano a sua acção em função da sua emancipação? Poderemos, então, falar de pós-modernidade?

Esta questão torna-se ainda mais significativa se tivermos em conta que, paralelamente à globalização, resultante da separação do tempo e do espaço e da descontextualização (mecanismos da modernidade), a contextualização vem assumindo alguma centralidade nos discursos. Estes destacam-se, por exemplo, na área da organização e gestão escolar e curricular, devido ao papel social que esta exerce:

Só que a decisão educativa, neste contexto, não é passível de medidas codificadas à priori e, muito menos descontextualizadas do projecto educativo e definíveis a nível nacional, como a autoridade político-administrativa admitiu a propósito da questão disciplinar ao permitir (ou melhor, ao determinar) a sua discussão num circuito paralelo e exterior à definição duma política educativa local, como se a questão disciplinar fosse uma questão em si, partindo do princípio de que goza de propriedades estáveis e definitivas, inerentes a certos sujeitos como fatalidades. (*Jornal A Página*, n. 65, fevereiro de 1998, p. 19).

Tomar em consideração e respeitar os alunos(as) implica ter em atenção dimensões mais contextuais, mais sócio-históricas. O terceiro ponto de vista estruturador da

“práxis” curricular integradora supõe ter em conta estas variáveis. (*Jornal A Página*, n. 85, novembro de 1999, p. 4).

Estas passagens discursivas revelam a preponderância que as especificidades locais e individuais – contextualização – têm vindo a assumir. É nesta sequência que conceitos como flexibilização, desregulação e descentralização vão também estruturando o pensamento e discursos sociais, considerados, segundo alguns autores, como reveladores da pós-modernidade.

Se, de facto, a pós-modernidade tem a sua existência, com ela nasce o conceito de pós-modernismo em que parece que tudo é válido no universo da escrita, da pintura, arquitectura, entre outros. O que a modernidade caracterizou como “estilos” hoje parece descaracterizar-se para dar lugar a outra coisa qualquer: “Se se quiser ganhar dinheiro tem de se escrever merdas. Ser poeta é ser trapezista”. (*Notícias Sábado*, p. 28).

Na sua citação metafórica, o poeta Alberto Pimenta¹ parece denunciar a ruptura com um estilo de escrita sobre o qual o discurso remete para o modernismo:

Livre porque é moderna, livre porque é vanguardista, livre porque se opõe a todos os poderes, públicos ou privados. Nos três ensaios que compõem ‘O Silêncio dos Poetas’ fica dito que a poesia verdadeira é aquela que “despragmatiza” a língua, aquela que torna a língua – seja ela qual for – puro jogo: Por isso, o que chamo poesia autónoma usa signos desvinculados do próprio ‘logos’, signos privados de transcendência. (*Notícias Sábado*, p. 29).

A existência de algo de novo que já não legitima esta poesia modernista parece, então, surgir:

Porque o que aconteceu é que os teóricos tomaram o lugar dos escritores e declararam que estes eram apenas uma metáfora, quer dizer, não era bem eles quem escrevia, a escrita é que se escrevia a si mesma, e daí concluíram que a única escrita com interesse era a escrita sobre a escrita e que, portanto, os escritores dignos desse nome o que tinham a fazer era passar a escrever também sobre a escrita e pronto. (*Notícias Sábado*, p. 26).

Estas palavras parecem ir ao encontro de Gellner (1992), o qual considera a era em que vivemos como uma verdadeira procura do significado. A desconstrução dos significados é o tudo. Escreve-se sobre a escrita com o intuito de descodificar o que achamos que está por trás da sua construção, mesmo que o autor nunca tenha sequer imaginado outros significados. Toda a palavra, postura, é levada em doses paranoicas de subjectividade.

¹ Escritor, poeta e ensaísta português.

E este elogio da subjectividade que faz despertar novas e variadas formas de celebrar esta nova era, todas elas validadas no *anything goes* emergente:

Estivéssemos nós em Paris e aquele lugar chamar-se-ia Salon Toiletage. Lá dentro, o sonho de qualquer loira: cabelos longos, sedosos e bem tratados, corte escadeado, madeixas naturais, porte elegante. E nas mãos de um cabeleireiro francês, com um sotaque e tudo. Esta loira chama-se Joyce e é uma cadela galgo afegão que não dispensa visitas frequentes ao cabeleireiro canino. “Mulher” sofre. [...] Sónia Afonso, dona de casa, vestida de cor-de-rosa, chega ao Prazer do Cão com a Missanga. “Não me descaracterize a cadela! É como uma filha para mim” [...] No verão, quando os emigrantes vêm passar férias, fazemos penteados mais pomposos: botinhas de pêlo, bigodes, laços na cabeça [...]. (*Notícias Sábado*, n. 15, p. 39-43).

Este excerto evidencia as variadas combinações que se podem, agora, estabelecer, bem como a legitimação das mais originais iniciativas. Se elas reflectem ou não uma nova realidade que nada tem a ver com a modernidade, é algo que ainda não foi merecedor de consenso.

Como já foi referido, Giddens (1996) designa a era que estamos a viver como as consequências radicalizadas da modernidade. Também nesta linha, Berman (1982) considera que vivemos na modernidade, embora esta tenha rompido com as suas próprias origens. De facto, verifica-se que esta não conseguiu cumprir todas as suas promessas de progresso na emancipação do Homem. No entanto, o progresso foi verificado ao nível da criação de um maior número de bens de consumo através do desenvolvimento da tecnologia. O avanço desta última fez emergir, por outro lado, situações novas não profetizadas pelo ser humano, mostrando a título de exemplo a ameaça nuclear, um novo conceito de guerra – terrorismo –, entre outros. Os mecanismos da modernidade parecem já não conseguir controlar e prever o mundo. Simultaneamente, o progresso deixou de ser mencionado no seu sentido original, tendo-se imiscuído no processo de globalização. Paradoxalmente, a globalização faz surgir novos movimentos sociais que visam afirmar-se individual e contextualizadamente.

O desenvolvimento frenético destes mecanismos da modernidade parece, para uns, dar continuidade à modernidade, e, para outros, romper com esta mesma visto ter alterado as suas raízes – o seu pensamento de base.

(IN)CONCLUSÕES

Após o confronto dos discursos seleccionados com as perspectivas de vários autores, constatamos que o consenso entre a emergência de “nova era” parece estar longe de se concretizar,

os discursos produzidos sobre os factos vivenciados, atropelam-se também eles na contextualização e definição no conceito de modernidade e pós-modernidade. A continuidade, a ruptura, as consequências, são várias palavras utilizadas como forma de denominar o algo de novo que emergiu na(s) nossa(s) sociedade(s). De facto, não podemos ignorar o momento novo que a humanidade atravessa atualmente, pois isso seria remetermo-nos para uma ingenuidade profunda. Uma nova forma de ser e de estar na(s) sociedade(s) emerge num contexto onde se constata vários fenómenos de entropia – pessoal, individual, social, educacional, político e económico. Já se fala numa “Sociedade Light” – queremos a “coisa” da essência e não a essência da “coisa”: café sem cafeína, cerveja sem álcool, tabaco sem nicotina – Modernidade que rompe com as suas próprias origens. Tirando a essência da “coisa”, a “coisa” será a mesma “coisa”? Já não sabemos o que queremos – O nome ou a “coisa”? Ou o que queremos já não sacia a nossa fome do novo, do fantástico? Catalogamos doenças depressivas de vazios que não enchemos, solidões que nos excluem, temos medo dessa solidão que outrora ninguém conhecia. Hoje conhecemos-lhe o rosto que emerge do vazio interior. De um momento para o outro, foi-nos tirada a segurança que dentro dos nossos mundos sentíamos. O outro se torna ameaça constante, para a qual não temos forma de defesa.

Vive-se o momento, a história parece não ter mais estória, a ciência deixa de ser onnipotente, a modernidade se afunda nos seus princípios, a sua voz dissonante é ouvida, no entanto, gritada mais alto para calar os seus próprios paradoxos.

Levanta-se, então, a haste da bandeira fantasmagórica da pós-modernidade. A esta, segue-se outra e mais outra designação (*desmodernização; sociedade de risco; sociedade da informação* etc.), cada uma apresentando-se de forma diferente mas representando a mesma realidade – a nova “coisa”. A procura de designação e de ordenação expressa a necessidade humana de segurança e de controlo sobre o mundo e sobre si próprio. Por isso, a codificação frenética do nome é justificada. Vive-se a esquizofrenia do significado e da interpretação. Pós-modernistas ou não, nós próprios somos exemplo desta esquizofrenia aquando da realização deste artigo. Escrevendo sobre a escrita e sobre o dito, andamos à procura dos seus significados capazes de descobrir ‘quem é quem’.

REFERÊNCIAS

- BECK, Ulrich. *Risk society. Towards a new modernity*. London: Sage Publications, 1992.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido se dissolve no ar: a aventura da modernidade*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo-Edgar (Orgs.). *Desafios da Globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- GELLNER, Ernest. *Pós-modernismo, razão e religião*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora, 1996.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

TOURAINÉ, Alain. *Iguais e diferentes: poderemos viver juntos?* Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

Artigos de jornais/revistas (em análise):

AFP. Dois por cento da Humanidade detêm metade da riqueza do planeta. *A Página*, n. 163, jan. 2007, p. 28.

AFP. Guerra contra o terror aumenta risco de ataques terroristas. *A Página*, n. 158, jul. 2006, p. 43.

CONTUMÉLIAS, Ana. As novas Torres de Babel. *Notícias Magazine*, n. 733, 11 jun. 2006, p. 64-68.

COSTA, Ricardo Jorge. Sida: uma epidemia do tamanho do mundo. *A Página*, n. 151, dezembro de 2005, p. 35.

JORNAL DE NOTÍCIAS. *Fórum convoca megaprotesto*. 2004. Disponível em: <http://jn.sapo.pt/2004/10/18/ultima/forum_convoca_megaprotesto.html>.

JORNAL DE NOTÍCIAS. *Pobres para sempre?* 2005. Disponível em: <http://jn.sapo.pt/2005/06/06/centro/pobres_para_sempre.html>.

_____. *Questão do referendo dividiu manifestantes*. 2005. Disponível em: <http://jn.sapo.pt/2005/07/12/sociedade/questao_referendo_dividiu_manifestan.html>.

_____. *Realizado primeiro casamento gay*. 2005. Disponível em: <http://jn.sapo.pt/2005/07/13/sociedade/realizado_primeiro_casamento_gay.html>.

JORNAL SOL. Atividades humanas são as principais responsáveis pelo aquecimento global. 2007. http://sol.sapo.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=21560.

_____. *Cravinho frisa progresso na preparação da cimeira Euro-Africana*. 2007. Disponível em: <http://sol.sapo.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=21235>.

_____. *Parada Gay feliz, mas sob apertada segurança*. 2006. Disponível em: <http://sol.sapo.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=8727>.

_____. *Temperatura subirá entre 1,8 e 4 graus até 2100*. 2007. Disponível em: <http://sol.sapo.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=21498>.

LOPES, Vanda. A tecnologia que o faz feliz. *Notícias magazine*, n. 755, 12 nov. 2006, p. 90-94.

LOZANO, Daniel. Ainda há heróis. *Notícias Sábado*, n. 15, 22 abr. 2006, p. 44-51.

MATOS, Manuel. A Decisão em Educação. *A Página*, n. 65, fev. 1998, p. 19.

MEXIA, Pedro. Em rede. *Grande Reportagem*, n. 204, 4 dez. 2004, p. 12.

MOURA, Vera. Vida de cão? *Notícias Sábado*, n. 15, 22 abr. 2006, p. 36-43.

PORTUGAL DIÁRIO. Gripe: pandemia mataria 62 milhões. 2006. Disponível em: <<http://www.portugaldiarario.iol.pt/noticia.php?id=754582>>.

ROBERTSON, Susan. É o Teu Cérebro que Nós Queremos: A Bala de Prata da Sociedade do Conhecimento. *A Página*, n. 129, dez. 2003, p. 7.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. Currículos Flexíveis (segmento 1 de 2). *A Página*, n. 85, nov. 1999, p. 4.

SEPÚLVEDA, Torcato. Poeta Maldito. *Notícias Sábado*, 6 de Janeiro de 2007, p. 26-31.

RESUMO

A principal finalidade deste artigo é discutir e analisar reflexivamente a possibilidade de uma transmutação da era moderna para uma "nova" era – "Pós-modernidade", "Modernidade radicalizada", "Crise da Modernidade" ou outra "coisa" qualquer. Esta discussão tem como referência vários teóricos (GIDDENS, 1996; BECK, 1992; BERMAN, 1982; TOURAINE, 1998) e o confronto de discursos emergentes em artigos de jornais e revistas noticiosas. O artigo suscita um conjunto de reflexões e (in)conclusões, entre outras: a vivência de uma "nova" forma de ser e de estar na(s) sociedade(s); o consenso sobre a "nova coisa" entre os teóricos está longe de se concretizar e os discursos produzidos sobre fatos vivenciados atropelam-se na contextualização e definição da modernidade e pós-modernidade.

Palavras-chave: Modernidade. Pós-modernidade. Nova "coisa".

ABSTRACT

PARTICULARITY TO THE GLOBALITY OF THE DISCOURSES OF A NEW ERA: THE ESSENCE OF THE "THING" OR THE "THING" OF THE ESSENCE

The main purpose of this article is to discuss and to analyze reflexively the possibility of a transmutation of the modern era for a "new" era – "Postmodernity", "radicalized Modernity", "Crisis of Modernity" or any other "thing". This discussion has as reference many theorists (GIDDENS, 1996; BECK, 1992; BERMAN, 1982; TOURAINE, 1998) and confront of emergent discourses in newspaper articles and magazines. The article raises a set of reflections and conclusions, among others: the experiences of a "new" way of being and living in society; among the theorists, consensus on "the new thing" is far from being realized and discourses produced about experienced events trample up in the contextualization and definition of modernity and postmodernity.

Keywords: Modernity. Postmodernity. New "thing".

Submetido em: 15 abr. 2014

Aceito em: 15 abr. 2014